



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

- ESTADO DO PARANÁ -

ATA DA 76ª AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO DIA 30 DE SETEMBRO DE 2025, REFERENTE AO RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL DO 2º QUADRIMESTRE DE 2025, DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS.

Aos trinta dias do mês de setembro de 2025, nesta Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, no Plenário da Câmara Municipal, perante à Comissão de Finanças e Orçamento desta Casa, realizou-se a 76ª Audiência Pública deste Município, na qual foi composta a Mesa dos trabalhos, o Vereador Ubiratan Pedroso, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, o Diretor do Departamento de Planejamento Financeiro e Contábil Eder Rodrigo Marques, o Senhor Ivan Ferreira de Melo, Diretor Presidente do PREV São José, e o Senhor Claudio Roberto Gomes dos Santos, Diretor Geral da Secretaria Municipal de Finanças, representando a Prefeita Nina Singer. Declarada aberta a Audiência Pública, o Sr. Ivan Ferreira Melo, Diretor Presidente do PREV São José apresentou: a Prestação de Contas do 2º Quadrimestre de 2025 em atendimento ao disposto no Art. 9º § 4º da Lei nº 101 de 04 de maio de 2000 – LRF e IN 89/13 – TCE/PR e ao Manual do Pró-Gestão RPPS (Dimensão Educação Previdenciária - item 3.3.2 Ações de Diálogo com os Segurados e a Sociedade), que dispõe sobre a exposição e debates sobre o Relatório de Governança Corporativa, os resultados da Política de Investimentos e da Avaliação Atuarial. Começou com a execução da Política de Investimentos de 2025, com taxa de retorno de agosto de 1,19% e Retorno Acumulado de 8,57%. Logo a seguir foi demonstrado a Meta Atuarial. Acada exercício é elaborada a Política de Investimentos para o exercício seguinte, que dentre outros objetivos é definida a rentabilidade mínima, a ser buscada, de retorno das aplicações financeiras, visando ter uma garantia para a manutenção dos benefícios previdenciários, que foi de 8,57 com meta de 6,65 com % da meta de 128,88 até 31/08/2025. A seguir foi apresentado um quadro com o aumento do Patrimônio do 1º quadrimestre para o 2º quadrimestre de, 3,74% do Fundo Previdenciário, 8,23% do Fundo Financeiro, 28,12% da Autarquia (Taxa de Administração). O próximo quadro apresentou a Avaliação Atuarial com estudo técnico baseado nas características da população analisada, com o objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada os recursos necessários para a garantia dos pagamentos dos benefícios previstos pelo Regime Próprio. Data-Base 31/12/2024, Ano Base 2025. Disponível na íntegra no site da PREV SÃO JOSÉ em: <http://prev.sjp.pr.gov.br/avaliacao-atuarial/>. Detalhou que o Plano de custeio é dividido em: 15,00% da Prefeitura Contribuição Patronal ambos os Fundos, 45,00% da Prefeitura Aporte Adicional ao Fundo Financeiro, 14,00% dos Servidores Ativos, 14,00% dos Aposentados (sobre o que exceder ao teto INSS) e 14,00% dos Pensionistas (sobre o que exceder ao teto INSS) e R\$ 17.000.000,00 da Prefeitura Aporte Suplementar o Fundo Financeiro. Na próxima tela mostrou que o Total da Arrecadação – Receita Previdenciária - referente ao 1º e 2º Quadrimestre de 2025 foi de R\$ 294.840.156,88, dívidas em: Servidos (ativo e inativo) de R\$ 46.113.584,33, Patronal do Município R\$ 61.355.282,61, Aportes da Prefeitura de R\$ 29.890.140,87, retorno de Investimentos de R\$ 153.002.377,22, Indenizações Restituições e Ressarcimentos de R\$ 477.363,53, Compensações Previdenciárias de R\$ 4.001.408,32. A seguir foi apresentado um quadro com o Total das Despesas também do 1º e 2º quadrimestre do ano corrente com: Despesas Previdenciárias orçadas total geral em R\$ 440.970.000,00 e realizadas de R\$ 300.009.819,62. A seguir foi demonstrado o total de segurados e beneficiários do segundo quadrimestre de 7.495 de servidores



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

- ESTADO DO PARANÁ -

ativos, 2.557 de aposentados, 364 pensionistas, com um total 10.416 de Segurados e Beneficiários. A seguir foi apresentado um quadro referente a Taxa de administração, dizendo que: Os recursos para manutenção da PREV SÃO JOSÉ são repassados pela Prefeitura, com previsão em legislação federal, Portaria MTP nº 1.467/2022, definidos nos cálculos atuariais, e não podem passar de 1,7% sobre o total da folha de pagamentos dos servidores ativos, aposentados e pensionistas. Para o exercício de 2025 foi fixada em R\$ 10.800.000,00 (Dez milhões e oitocentos mil reais) para o ano (correspondente a 1,24% da folha de pagamentos). Este valor é destinado para o custeio das despesas administrativas, tais como: funcionários, água, luz, telefone, material de expediente, aluguel, entre outras. A seguir um quadro com a Receita Administrativa de R\$ 219.752,52 e Interferência Financeira de R\$ 8.100.000,00. Despesas Administrativas orçadas totais de R\$ 11.000.000,00 e totais atualizadas de R\$ 8.319.752,52. E Despesas administrativas pagar totais de R\$ 5.895.534,45. O Quadro seguinte apresentou o total de receitas consolidas no período. As receitas administrativas orçadas em R\$ 11.000.000,00 e realizadas de R\$ 8.319.752,52, e Receitas Previdenciárias orçadas em R\$ 439.000.000,00 e realizada de R\$ 294.840.156,88. Resultando num total geral de receitas orçadas de R\$ 450.000.000,00 e realizada de R\$ 303.159.909,40. A seguir um quadro com o total de Despesas Consolidadas, com um total de despesas Previdenciárias e Administrativas do 1º e 2º de R\$ 144.918.531,37 que somando-se ao total de reserva de contingencia de R\$ 160.986.822,69, gera um total geral de R\$ 305.905.354,06 de despesa consolidada. Apresentou a seguir que o Pró Gestão: É o Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social, instituído pelo MPS, que busca o reconhecimento das boas práticas de gestão adotadas pelos RPPS, dividido em níveis de aderência. Cujas vantagens da certificação são: Melhoria na organização das atividades e processos; Aumento da motivação por parte dos colaboradores; Incremento da produtividade; Redução de custos e do retrabalho; Transparência e facilidade de acesso à informação; Perpetuação das boas práticas, pela padronização; Reconhecimento no mercado onde atua e Ampliação das Possibilidades de Investimentos. A seguir apresentou a CERTIFICAÇÃO PREV SÃO JOSÉ que após Auditoria da entidade certificadora externa, a Autarquia obteve a certificação no Nível II do Pró-Gestão RPPS e que atualmente, de acordo com os dados mais recentes do Ministério da Previdência Social, existem 2.133 RPPS no Brasil. Desses, apenas 276, ou seja, 12,94% possuem certificação Pró-Gestão. A seguir apresentou que o Relatório de Governança é um importante instrumento de transparência e prestação de contas da gestão do RPPS, e constitui um dos elementos centrais do Pró-Gestão RPPS. Elaborado anualmente, visa incentivar e reconhecer boas práticas de gestão e governança, contribuindo para sua sustentabilidade, transparência e profissionalização, servindo também como base para auto avaliação e identificação de oportunidades de aprimoramento. Disponível na íntegra no site da PREV SÃO JOSÉ em: <http://prev.sjp.pr.gov.br/rel-governanca-corporativa/>. Encerrou citando “ PREV São José: A RESPONSABILIDADE DE HOJE É A SEGURANÇA DO AMANHÃ”. Na sequência, foi concedida a palavra ao Diretor do Departamento de Planejamento Financeiro e Contábil desta Câmara Municipal, Eder Rodrigo Marques, para as explanações necessárias, o qual, usando da palavra apresentou o seguinte Relatório da Gestão Fiscal: Ilustre Vereador Bira do Banco, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento desta Câmara Municipal, ilustres Vereadores Andrei Gondro e Ton Rodrigues. Senhor Claudio Roberto Gomes dos Santos, Diretor Geral da Secretaria de Finanças, representando a



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

- ESTADO DO PARANÁ -

Prefeita Nina Singer, Senhor Ivan Ferreira de Melo, Diretor Presidente do PREV São José, Nobres Vereadores, Autoridades, Senhoras e Senhores. Nesta 76ª Audiência Pública da Gestão Fiscal que está sendo realizada em São José dos Pinhais, cumprindo o que determina o art. 54, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o relatório desta Câmara Municipal visa demonstrar o equilíbrio das despesas e o respeito aos limites estabelecidos pela Legislação. Diante dos percentuais apurados para os gastos com pessoal – objeto principal da presente avaliação, constata-se que ficaram situados em patamares inferiores ao que é permitido pela Lei, conforme consta do relatório respectivo, devidamente publicado na imprensa. A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) apurada no período de competência, conforme demonstrado pelo Poder Executivo Municipal, de setembro de 2024 a agosto de 2025, foi de R\$ 1.847.838.479,75 (Um bilhão oitocentos e quarenta e sete milhões, oitocentos e trinta e oito mil quatrocentos e setenta e nove reais e setenta e cinco centavos), deduzindo-se o valor das Transferências obrigatórias da União relativas às EMENDAS DE BANCADA de R\$ 5.149.485,00 (Cinco milhões e cento e quarenta e nove mil quatrocentos e oitenta e cinco reais) e dos Recursos destinadas ao pagamento dos agentes de saúde e dos agentes de combate às endemias de R\$ 6.749.823,20 (Seis milhões setecentos e quarenta e nove mil oitocentos e vinte e três reais e vinte centavos), obtêm-se a RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA de R\$ 1.835.939.171,55 (Um bilhão oitocentos e trinta e cinco milhões, novecentos e trinta e nove mil cento e setenta e um reais e cinquenta e cinco centavos). De acordo com o art. 20, inciso III, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal, a DESPESA COM PESSOAL do Legislativo Municipal no período do exercício móvel não poderá ultrapassar o limite de 6% (seis por cento) da Receita Corrente Líquida Ajustada (RCL). A despesa com Pessoal deste Legislativo foi de R\$ 35.274.924,01 (Trinta e cinco milhões, duzentos e setenta e quatro mil, novecentos e vinte e quatro reais e um centavo), representando 1,92% da RCL. Com relação ao período apurado de Maio a Agosto de 2025, foi repassado do Executivo para o Legislativo, R\$ 20.000.000,00 (Vinte milhões de reais) correspondendo ao repasse previsto na Lei Orçamentária Anual para o 2º Quadrimestre do Exercício de 2025. Destes, 62,22% foram aplicados em despesas com pessoal (incluindo o Patronal), 16,82% na manutenção dos serviços de instalações da Câmara, 0,54% em aquisições de equipamentos e materiais permanentes, 20,42% representa o montante disponível para fazer frente às futuras despesas do Legislativo. Com relação às atividades da Câmara Municipal, no período de Maio a Agosto de 2025, foram realizadas 27 Sessões Ordinárias. Foram apresentadas as seguintes proposições: 89 Requerimentos, 2281 Indicações, 20 Projetos de Decreto Legislativo, 64 Projetos de Lei de autoria do Poder Executivo, 69 Projetos de Lei de autoria dos Senhores Vereadores, 01 Projeto de Lei Complementar de autoria do Poder Executivo, e ainda foram sancionadas 115 Leis Ordinárias. Diante dos resultados retratados neste Relatório, nada temos para corrigir com referência aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. Informamos que o presente relatório e os quadros demonstrativos da gestão fiscal e execução orçamentária estarão à disposição no site da Câmara: www.cmsjp.pr.gov.br. A seguir, foi concedida a palavra ao Senhor Claudio Roberto Gomes dos Santos, Secretário Municipal de Finanças, para as explanações necessárias, o qual, usando da palavra, informa que em atendimento ao disposto no art. 9º da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000 – LRF passa a apresentar a prestação de contas relativas ao 1º quadrimestre de 2025. O primeiro quadro apresentou o Demonstrativo da Receita Corrente do 2º Quadrimestre de 2025, onde



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

- ESTADO DO PARANÁ -

consta a Receita Corrente prevista (atualizada) de R\$ 2.115.714.940,97 e Realizada de R\$ 1.466.233.613,45, receitas essas que são divididas em: Tributárias previstas (atualizada) de R\$ 709.910.386,66 e Realizada de R\$ 465.436.656,85; Taxas Prevista em R\$ 50.831.500,00 e realizada de R\$ 30.061.704,74; Contribuições de melhoria prevista em R\$ 1.000,00 e realizada de R\$ 0,00. Contribuições previstas de R\$ 95.200.000,00 e Arrecadada de R\$ 64.428.153,35; patrimoniais previstas (atualizada) de R\$ 253.863.757,26 e Arrecadada de R\$ 225.625.568,54; Receita de Serviços previstas de R\$ 370.000,00 e Arrecadada de R\$ 250.535,35; Transferências Correntes previstas de R\$ 1.005.439.196,37 e Arrecadada de R\$ 682.191.652,77; Outras Receitas Correntes previstas de R\$ 50.931.600,00 e Arrecadada de R\$ 28.301.046,59. A seguir o Demonstrativo da Receita de Capital total prevista e atualizada de R\$ 431.783.246,05 e Realizada de R\$ 52.559.088,97 e a Receita Total arrecadada do município que é a soma da receita corrente com a receita de capital prevista foi R\$ 2.699.028.186,34 e Realizada de R\$ 1.610.038.125,90. No quadro seguinte apresentou-se o demonstrativo da Despesa do 2º Quadrimestre de 2025, divididas em Despesas Correntes orçadas atualizada no valor de R\$ 1.932.635.255,15, empenhadas de R\$ 1.378.339.231,36 e liquidadas de R\$ 1.054.944.449,10. Despesas de Capital orçadas e atualizada no valor de R\$ 596.599.973,60, empenhadas de R\$ 178.577.136,74, e liquidadas de R\$ 59.828.720,26. Reserva de Contingência orçadas no valor de R\$ 205.053.256,00 e Despesas Intra-orçamentárias orçadas e atualizada no valor de R\$ 128.441.108,00, empenhadas de R\$ 91.251.586,52 e liquidadas de R\$ 91.251.586,52. Chegando num total de despesa orçada atualizada de R\$ 2.862.729.592,75 e empenhada de R\$ 1.648.167.954,62 e liquidadas de R\$ 1.206.024.755,90. Logo após foi apresentado à composição das Despesas empenhadas por secretaria: do Gabinete do Prefeito de R\$ 1.947.465,14; Procuradoria Geral do Município de R\$ 30.825.736,87; Secretaria Municipal de Planejamento de R\$ 2.206.984,93; Secretaria Municipal de Administração e RH de R\$ 25.876.028,16; Secretaria Municipal de Finanças de R\$ 115.085.965,98; Secretaria Municipal de Saúde de R\$ 404.617.037,48; Secretaria Municipal de Educação de R\$ 386.596.249,75; Secretaria Municipal de Cultura de R\$ 23.573.568,18; Secretaria Municipal de Assistência Social de R\$ 44.495.063,24; Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de R\$ 25.889.610,62; Secretaria Municipal de Habitação de R\$ 7.022.391,74; Secretaria Municipal de Urbanismo de R\$ 76.639.926,35; Secretaria Municipal de Meio Ambiente de R\$ 96.148.117,11; Secretaria Municipal de Viação e Obras de R\$ 129.030.682,96, Secretaria Municipal de Agricultura de R\$ 8.073.640,73, Secretaria Municipal de Indústria e Comércio de R\$ 2.293.156,00; Secretaria Municipal de Governo de R\$ 9.300.665,91; Secretaria Municipal de Segurança de R\$ 35.162.337,85; Gabinete do Vice-Prefeito de R\$ 491.343,38; Secretaria Municipal de Comunicação Social de R\$ 2.296.604,75; Secretaria Municipal de Recursos Materiais de R\$ 10.844.338,64; Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego de R\$ 4.021.760,93; Secretaria Municipal de Inovação e Modernização de R\$ 26.157.377,48; Secretaria Municipal de Turismo de R\$ 1.674.053,25; PREV de R\$ 145.000.235,45 e Câmara Municipal de R\$ 32.248.590,00; gerando um total de despesas empenhadas de R\$ 1.647.518.932,88. O próximo quadro apresentado foi o demonstrativo do Resultado Primário em 31/08/2025, composto pelo valor de Receita Primária prevista atualizada de R\$ 2.114.575.034,36 e Realizada de R\$ 1.226.906.727,10, Despesa Primária prevista atualizada de R\$ 2.827.727.592,75 e realizada de R\$ 1.614.325.331,67 e o Resultado Primário previsto obtido de R\$ -713.152.558,39 e realizado de R\$ -387.418.604,57. Com meta do exercício da LDO/2025 de R\$ 1.570.387.690,00.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

- ESTADO DO PARANÁ -

Com relação ao Resultado Nominal foi apresentado o valor em 31/08/2025 de R\$ -98.370.761,22. Com meta do exercício na LDO de R\$ 38.967.937,70. O quadro seguinte demonstrou as despesas com pessoal, calculada pela Receita Corrente Líquida que em 31/12/2024 foi de R\$ 1.902.540.266,69 e em 31/08/2025 foi de R\$ 1.847.838.479,75; (-) Transferências Obrigatórias Emendas individuais em 31/12/2024 foi de R\$ 5.300.000,00 e em 31/08/2025 foi de R\$ 0,00 (-) Transferências Obrigatórias Emendas de Bancada em 31/12/2024 foi de R\$ 3.700.000,00 e em 31/08/2025 foi de R\$ 5.149.485,00, (-) Recursos agentes saúde e combate a endemias em 31/12/2024 foi de 6.476.972,00 e em 31/08/2025 foi de R\$ 6.749.823,20, gerando a Receita Corrente Líquida Ajustada que em 31/12/2024 foi de R\$ 1.887.063.294,69 e em 31/08/2025 foi de R\$ 1.835.939.171,55 e a despesa com Pessoal em 31/12/2024 foi de R\$ 893.117.397,70 e em 31/08/2025 foi de R\$ 917.286.597,94; resultando em um índice de Despesas com Pessoal em 31/12/2024 de 47,33% e em 31/08/2025 de 49,96%. A seguir foi o quadro de Demonstrativo Aplicação em Saúde, com Receitas para efeito de cálculo Saúde que em 31/12/2024 que foi de R\$ 1.480.236.137,81 e em 31/08/2025 foi de R\$ 972.617.622,49; as Receitas com Saúde 15% que em 31/12/2024 foi de R\$ 222.035.420,67 e em 31/08/2025 foi de R\$ 145.892.643,37; as Despesas com Saúde que em 31/12/2024 foi de R\$ 369.865.805,46 e em 31/08/2025 foi de R\$ 261.585.182,60; resultando em um Índice de despesas com Saúde que em 31/12/2024 foi de 23,18% e em 31/08/2025 foi de 26,90%. Recursos próprios utilizados em 31/12/2024 de 9,9869% e em 31/08/2025 de 38,99%. O quadro a seguir mostrou o Demonstrativo Aplicação em Educação, calculado utilizando a Receita para efeito do cálculo da Educação que em 31/12/2024 foi de R\$ 1.495.372.053,33 e em 31/08/2025 foi de R\$ 979.360.391,24; as Receitas da Educação 25% em 31/12/2024 de R\$ 384.232.732,75 e em 31/08/2025 de R\$ 193.508.557,53, as Despesas com Educação que em 31/12/2024 foi de R\$ 384.232.732,75 e em 31/08/2025 foi de R\$ 193.508.557,53; resultando em um Índice de despesas com Educação que em 31/12/2024 foi de 25,69% e em 31/08/2025 foi de 19,76%. A seguir foi apresentado o quadro com limites da dívida consolidada líquida, com RCL ajustada de R\$ 1.847.838.479,75, limite senado 120% RCL de R\$ 2.217.406.175,70 e a DCL do Município em R\$ -536.292.428,17 com percentual DCL sobre RCL de -29,02%. Foi apresentado também um quadro com os precatórios pagos até 31/08/2025 dividindo-se entre Pessoal TRT de R\$ 3.372.010,00, Fornecedores TJ de R\$ 14.774.326,21 e com total de precatórios pagos de R\$ 18.146.336,21. Foi apresentado também, que a Prefeitura não possui Dívida Mobiliária e não há ocorrência de Concessões de Garantia. Finalizando foi apresentado um quadro no qual a Secretaria de Finanças demonstrou a sua MISSÃO, que é: Administrar os recursos públicos municipais com eficácia e transparência. E a sua VISÃO: A Secretaria de Finanças apresenta um novo conceito de gestão pública, fundamentado na transparência das ações, confiabilidade no SERVIDOR PÚBLICO e principalmente no compromisso maior com os seus CIDADÃOS. Isto feito, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento desta Casa, Vereador Bira do Banco, comunicou que as perguntas dirigidas ao Senhor Claudio Roberto Gomes dos Santos, Secretário Municipal de Finanças, neste ato representando a Prefeita Nina Singer, deverão ser feitas através do microfone pelos Vereadores e autoridades presentes, e por escrito pelo público, ao qual será entregue formulário próprio. Não havendo perguntas por parte dos munícipes, o Vereador Bira do Banco finalizou agradecendo aos Gestores e a todas as autoridades presentes, e todos que acompanharam



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

- ESTADO DO PARANÁ -

esta Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar na presente Audiência, foi a mesma encerrada. Para constar foi lavrada a presente ata, que vai devidamente assinada.



Ubiratan Pedrosa

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento



Claudio Roberto Gomes dos Santos

Diretor Geral da Secretaria Municipal de Finanças



Andrei Gondro

Membro da Comissão de Finanças e Orçamento



Ton Rodrigues

Membro da Comissão de Finanças e Orçamento



Eder Rodrigo Marques

Diretor do Departamento de Planejamento Financeiro e Contábil da Câmara Municipal de São José dos Pinhais



Ivan Ferreira de Melo

Diretor Presidente do PREV São José